

APRESENTAÇÃO

O número 6 da Revista Educação Especial em Debate brinda os leitores com a discussão de temáticas pungentes na área da educação especial, no cenário atual.

A abordagem de questões referentes às políticas de educação especial ganha destaque entre os artigos selecionados para esta edição, com suporte em temas como o financiamento em educação especial, a política educacional direcionada para alunos com deficiência visual e a implementação da Meta 4 do Plano Nacional de Educação; além disso, a entrevista deste número enfoca a regulamentação do Cadastro Nacional de Alunos com Altas Habilidades/Superdotação.

Em um momento em que se põe em pauta a revisão da atual Política de Educação Especial em uma Perspectiva Inclusiva, em vigor há dez anos, o debate sobre aspectos dessa política é fundamental.

Outro foco dos artigos diz respeito às representações sociais e à compreensão que alunos com deficiência e professores têm a respeito da inclusão escolar e da educação especial na escola regular. Um ensaio sobre a história da educação e da deficiência foi incluído neste número da revista, alertando para o longo percurso histórico de segregação de pessoas com deficiência, ao mesmo tempo que evidencia avanços do movimento de inclusão social e escolar na contemporaneidade, ainda que se tenha muito a conquistar. Completando essa coletânea, destaca-se um panorama da educação especial em Cuba, permitindo, em um exercício de alteridade, simultaneamente um olhar “para o outro” e “para nós mesmos”.

O artigo que abre a coletânea é o de Elsie Alejandrina Pérez Serrano, Ana María Sánchez Pérez e Idania Leida Leyva Pérez, intitulado “La educación especial en Cuba: entre la integración y la inclusión”. O texto discute a educação especial em Cuba, ressaltando aspectos históricos e dos princípios que dão suporte à proposta implementada para essa modalidade de ensino nesse país; apresenta, ainda, em linhas gerais, a maneira como essa educação se organiza e alguns dados estatísticos que emergem dessa forma de organização. Assim, as autoras discutem alguns conceitos da teoria histórico-cultural que norteiam a prática pedagógica; o movimento instaurado nas práticas educativas de adequações curriculares, de acordo com as especificidades dos alunos; bem como o modo de articulação entre diferentes sistemas e disponibilização de

serviços distintos, visando à implementação de ações que deem suporte à inserção de todos os cidadãos na vida social e laboral. Após essas considerações, o texto apresenta um panorama da educação especial no país, tanto em escolas especiais como no ensino comum, e conclui que o modelo educacional implementado se organiza entre a integração e a inclusão escolar.

“Representações sociais de tecnologia assistiva por professores de alunos com deficiência visual matriculados em uma escola regular”, de autoria de Thiago Sardenberg e Helenice Maia, aborda a tecnologia assistiva e discute as possíveis representações sociais desses recursos elaboradas por professores dos anos iniciais do ensino fundamental que atuam em uma escola regular com alunos deficientes visuais. Tendo como referencial teórico a Teoria das Representações Sociais, o artigo analisa documentos oficiais relativos à tecnologia assistiva e entrevista professores que atuam com alunos com deficiência visual. Os dados analisados permitiram constatar que os depoimentos dos sujeitos do estudo sobre tecnologia assistiva são atravessados por diferentes sentidos, o que também foi observado nos documentos oficiais. Nesse contexto, o estudo concluiu que os depoimentos dos professores apresentam indícios de representações sociais de tecnologia assistiva relacionando-a a recursos, estratégias e produtos utilizados com o aluno com deficiência visual.

Vanessa Caroline Silva, Cristiane Ribeiro da Silva e Laura Ceretta Moreira escreveram o artigo “A política de fundos e a (des)valorização dos estudantes público-alvo da educação especial (PAEE)”, que trata da legislação referente ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) e do Decreto n.º 7.611/2011 em relação ao público-alvo da educação especial (PAEE) no ensino comum. As autoras se detêm em um estudo mais detalhado do município de Curitiba – onde, desde 2007, acontece expansão nas matrículas dos alunos público-alvo da educação especial em escolas comuns – e concluem que o FUNDEB trouxe uma contribuição importante para a inclusão escolar. Comprovam, ainda, com base na análise de microdados provenientes do Censo da Educação Básica de 2007 até 2015, que tem havido um financiamento público da educação especial, seja ela na escola comum ou em instituições especializadas.

A relação entre educação física, educação inclusiva e alunos com deficiência é o tema discutido por Sabrina da Silva Machado Trento, Michell Pedruzzi Mendes Araújo e Rogério Drago, em “Educação física escolar: narrativas e inclusão em uma

perspectiva histórico-cultural”. A partir de um estudo exploratório, realizado por meio de entrevistas com quatro alunos público-alvo da educação especial, o artigo analisa o processo de inclusão nas aulas de educação física, na perspectiva de alunos público-alvo da educação especial. Os estudos de Vigotski acompanham os autores na análise dos depoimentos dos sujeitos da pesquisa, permitindo concluir, por um lado, que esses estudantes foram frequentemente alvo de discriminação, rejeição e exclusão por parte de seus colegas e de alguns profissionais da educação e, por outro, a precariedade das condições de acessibilidade da escola para atender e garantir o livre acesso dos alunos com deficiência. Além disso, os autores constataram que, em relação à educação física escolar, a inclusão escolar ainda encontra dificuldades para se efetivar na realidade pesquisada.

Como o estado do Paraná tem compreendido a educação das pessoas com deficiência visual desde a década de 2000? Essa foi a questão que orientou o estudo de Patricia da Silva Zanetti, Isaura Monica Souza Zanardini e Lucia Terezinha Zanato Turec, intitulado “A política para a educação da pessoa com deficiência visual no estado do Paraná: uma abordagem da década de 2000”. O texto enfoca especialmente o documento Diretrizes Curriculares da Educação Especial para a Construção de Currículos Inclusivos, publicado pela Secretaria de Estado da Educação do Paraná em 2006. O estudo evidencia que a política destinada a alunos com deficiência visual não tem permitido avanços no que concerne à qualidade de sua educação, pois não se observa um planejamento de forma a integrar toda a rede de apoio à escolarização desses estudantes. Faltam recursos financeiros, há questões problemáticas na formação de professores e precariedade na oferta de material específico necessário para que os alunos com deficiência visual estejam em sala de aula comum com condições apropriadas.

A formação continuada de professores ganha destaque no artigo de Fernanda Nunes da Silva e Mariangela Lima de Almeida, intitulado “Inclusão escolar e formação continuada: entre concepções e práticas”. Defendendo uma perspectiva de formação continuada crítico-reflexiva e a construção de práticas pedagógicas favorecedoras da aprendizagem de todos, o texto busca analisar como a formação continuada e a inclusão escolar têm sido concebidas e implementadas na escola e utiliza como metodologia a pesquisa-ação colaborativo-crítica. A narrativa dos sujeitos do estudo é compreendida mediante a análise de conteúdo, possibilitando constatar que as concepções dos

profissionais sobre inclusão, diversidade e diferença se reportam mais ao conceito de educação inclusiva, que abrange a inclusão de todos os sujeitos e grupos marginalizados, do que ao conceito de inclusão escolar, que compreende exclusivamente os alunos público-alvo da educação especial; e as concepções de formação continuada são, em sua maioria, de natureza instrumental, porém com tendência para concepções de natureza comunicativa. Nesse contexto, as autoras concluem que a escola em foco não se configura como um espaço-tempo de formação para os docentes.

A discussão sobre políticas na área de educação especial tem mobilizado os pesquisadores da área nos últimos anos, interessados em acompanhar principalmente a implementação das metas do Plano Nacional de Educação. Esse é o caso do estudo de Rafael Marques Garcia e Erik Giuseppe Barbosa Pereira, autores do artigo “Meta 4 do PNE: um recorte no município do Rio de Janeiro”. O estudo descritivo, que teve por instrumentos entrevistas e histórias estruturadas, evidenciou que a acessibilidade ainda é um grande desafio tanto na escola quanto em diferentes espaços não escolares por onde os alunos com deficiência circulam – complementares nos processos de aquisição e de produção de conhecimento. Assim, os autores concluem que as perspectivas de acessibilidade presentes na Meta 4 transpassam o âmbito educacional, exigindo da sociedade de modo global uma mudança para contribuir na efetiva aplicação da referida meta não apenas no Rio de Janeiro, mas em todos os entes federados.

Enfocando a história da educação primitiva à romana, Rosana de Castro Casagrande e Jefferson Mainardes situam a história da deficiência nesse contexto, no texto “História da educação e da deficiência permeadas por uma reflexão epistemológica: da educação primitiva a romana”. Por meio de uma abordagem sociocultural, o artigo descreve aspectos da história da educação primitiva, oriental e greco-romana, ao mesmo tempo que busca relacioná-los com a história de pessoas com deficiência nesses *espaçostempos* distintos. Dessa empreitada, emergem cenários que, pautando-se por um modo único e “normal” de ver o homem, ridicularizam, segregam, banem ou aniquilam quem é considerado diferente; não se concebe para essas pessoas a possibilidade da educação escolar. Raros são os casos em que a deficiência é vista para além da anormalidade, da impureza ou pecado, da incapacidade. O confronto entre essas duas linhas de investigação histórica aponta a possibilidade de considerar a história da deficiência no contexto histórico da educação, mostrando presença de marginalização,

segregação e violência, tanto no âmbito da história da educação dos menos favorecidos, quanto na história da educação dos deficientes, desde a educação primitiva até a romana.

Para finalizar, na sessão Entrevistas, em “Um diálogo sobre regulamentação do Cadastro Nacional de Alunos com Altas Habilidades/Superdotação: entrevista com professora doutora Olzeni Leite Costa Ribeiro”, Gildásio Macedo de Oliveira e Reginaldo Célio Sobrinho entrevistaram a consultora contratada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco), cuja tarefa foi recolher e analisar dados e produzir subsídios para a regulamentação do Cadastro Nacional de Alunos com Altas Habilidades/Superdotação, matriculados na educação básica e na educação superior. As questões da entrevista organizaram-se em torno da visão da consultora sobre a importância do trabalho realizado e a respeito da construção desse instrumento de fomento da política pública.

O número 6 da Revista fechou o ano de 2018 com artigos que abordaram desafios e também conquistas nas políticas, práticas e produção de conhecimento em educação especial. Para 2019, aguardamos, com expectativa, o cenário que se delinea em relação aos rumos da educação especial em uma perspectiva inclusiva, princípio que norteia a seleção e organização dos artigos deste periódico.

Dezembro de 2018.

Comissão Editorial